

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NA ACADEMIA,
INTERSECCIONALIDADES E (RE)EXISTÊNCIAS NA
PESQUISA EM EDUCAÇÃO¹**

**THE PLACE OF BLACK WOMEN IN ACADEMY,
INTERSECTIONALITIES AND (RE)EXISTENCES IN EDUCATION
RESEARCH**

Cinthia Raquel de Souzaⁱ

Elenilton Vieira Godoyⁱⁱ

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo mapear, junto ao Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES, pesquisas das áreas de Educação e Ensino de Ciências e Matemática, que tratam da inserção de mulheres negras como docentes do Magistério Superior nas Ciências Exatas. Como dispositivo analítico procuramos movimentar através da interseccionalidade como teoria social-crítica elementos presentes nos resumos das dissertações e teses que tratem de maneira interseccional das questões de raça, gênero e classe social, na inserção de mulheres negras no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Ensino de ciências e matemática. Mulheres negras. Ciências exatas. Interseccionalidade.

ABSTRACT: This article aims to map, from the CAPES Catalog of Theses and Dissertations (CTD), researches in the areas of Education and Teaching of Science and Mathematics, which deals with the inclusion of black women as professors in University Education in the STEAM. As an analytical device, we seek to move from intersectionality as a social-critical theory element present in the summaries of dissertations and theses that deal in an

¹ O presente artigo é um recorte da tese de doutorado em andamento de Cinthia Raquel de Souza sob a orientação de Elenilton Vieira Godoy, que tem como objetivo produzir sentidos a partir das trajetórias e experiências vividas por pesquisadoras negras que atuam em cursos de Ciências Exatas de uma Instituição Federal do Ensino Superior da região Sul do Brasil.

intersectional way with issues of race, gender and social class, in the insertion of black women in the academic environment.

Keywords: Teaching science and mathematics. Black women. STEAM. Intersectionality.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, apresentaremos o mapeamento realizado junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD-CAPES), cujo objetivo foi destacar a importância da realização das pesquisas que discutem a inserção de mulheres negras em cursos de graduação e pós-graduação. Conforme dados apresentados pelo Portal Geledés apenas 3% do corpo docente dos cursos de pós-graduação no Brasil são mulheres negras, sendo que apenas 0,4% desse quantitativo pertence ao grupo de mulheres pretas. Esses dados evidenciam a baixa representatividade ou mesmo ausência do grupo de mulheres negras como docentes de pós-graduação no Brasil.

Angela Yvonne Davis (2016), destaca que a imagem da mulher negra é historicamente associada aos serviços braçais e domésticos, herança do período escravagista, evidenciando o racismo estrutural e institucional que permeia os ambientes acadêmicos. Ao colocarmos essas mulheres negras no centro de uma luta emancipatória, no sentido de desconstruir as hierarquias de poder e as práticas conservadoras e autoritárias, argumentamos que se faz necessária a pesquisa e o entendimento não só do ingresso de mulheres negras, nesses espaços, mas também a manutenção de sua permanência, com objetivo de desnaturalizar as desigualdades de gênero, classe e raça.

O presente artigo em um primeiro momento apresenta o referencial teórico que dará lastro à análise dos excertos dos resumos das dissertações e teses selecionadas. Em um segundo momento, será apresentada a metodologia de construção do *corpus* de pesquisa, apresentamos e discutimos os excertos selecionados através de Interseccionalidade como Teoria Social Crítica, e finalmente inferimos nossas conclusões desde o cenário produzido com a análise das pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O marco inicial dos Feminismos Negros no Brasil ocorre a partir da realização do Congresso das Mulheres Brasileiras promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975. Nesse Congresso, foi apresentado o Manifesto das Mulheres Negras, no qual ativistas chamaram atenção para suas condições sociais, econômicas, familiares e sexuais, e como suas condições se interseccionavam com raça, gênero e classe. Segundo Patricia Hill Collins (2022), com a indiferença do feminismo branco ou sua incapacidade de reconhecer as lutas travadas por mulheres negras, feministas negras, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, entre outras, travaram (e ainda travam) a batalha em prol da condição da mulher negra brasileira ainda sob a opressão da ditadura militar brasileira (1964-1985).

O contexto da ditadura militar combatia qualquer tipo de ativismo social baseado no mito da democracia racial brasileira que pregava não existirem “raças” no Brasil, dando subsídio ao não estabelecimento de políticas públicas voltadas à população negra, baseada no apagamento da identidade racial sob a égide da inexistência de diferentes raças, portanto, negando a negritude, eliminando a possibilidade de reconhecimento da raça como fator determinante nas desigualdades sociais que afetavam a população negra e, por consequência, fomentando o racismo estrutural e institucional de nossa sociedade (COLLINS, 2022).

Desse modo, sem o estabelecimento da raça como um marcador social, as mulheres negras não eram consideradas uma categoria populacional, e, logo, não precisavam de políticas públicas específicas às suas condições de vida. Nesse sentido, por meio desse manifesto, as ativistas, desafiaram o mito da democracia racial brasileira e iniciaram um levante contra o apagamento de suas necessidades. E foi nessa base que feministas negras organizaram o Festival Latinidades e estabeleceram laços intergeracionais, que permitiram, às mais jovens, expor o ativismo feminista negro, criando intersecções entre raça, gênero e classe, antes mesmo das discussões sobre a interseccionalidade como teoria social crítica iniciarem (COLLINS, 2022).

A diversidade do Festival Latinidades, além da discussão interseccional de raça, classe, gênero, sexualidade, permitiu a interação entre diversos membros da sociedade brasileira e de outras nações da América Latina e do Caribe, e toda essa multiplicidade proporcionou o compartilhamento de ideias e estratégias para o enfrentamento do racismo e do sexismo que oprimem as mulheres afro-latinas. A presença da interseccionalidade no Festival Latinidades permitiu a estruturação de um compromisso de longa data para o desafio assumido por mulheres negras brasileiras com o contexto do racismo e sexismo em nossa sociedade, desenvolvendo uma política identitária que permitiu a insurgência dessa identidade feminista negra calcada em pressupostos interseccionais do cruzamento entre raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros (COLLINS, 2022).

Nesse ponto, é fundamental a discussão de gênero e raça, interseccionando com as questões de classe que permeiam o debate acerca da ascensão social e intelectual de mulheres negras. Para Carneiro (2011), as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre a população branca e negra revela que pessoas autodeclaradas brancas apresentam indicadores socioeconômicos comparáveis àquelas habitantes da Bélgica, enquanto pretas e pardas brasileiras apresentam índices inferiores a países em desenvolvimento, tais como a África do Sul. Esses índices destacam a importância da discussão racial em intersecção com gênero, classe, sexualidade, entre outros. Contudo, o mito da democracia racial e da meritocracia, amplamente difundidos no Brasil, eximem de responsabilidade o Estado e a sociedade, transferindo aos indivíduos a culpabilidade por sua condição social.

Dessa maneira, é importante destacar que a burguesia branca, cisgênera e heteronormativa trava, diuturnamente, batalhas contra as políticas de igualdade social e desqualifica movimentos negros e seus simpatizantes com base na negação do racismo e da discriminação racial, descartando a magnitude das desigualdades sociais e negando a presença da pessoa negra, baseada na miscigenação racial brasileira. Logo, para essa burguesia, o povo negro não demanda políticas de discriminação positiva que permitam sua ascensão social e econômica. As condições socioeconômicas do povo negro

brasileiro são produzidas pela discriminação e racismo, portanto, é fundamental termos um olhar totalizante da questão de raça em intersecção com gênero, classe social e sexualidade.

Cabe salientar que o movimento feminista produzido por mulheres brancas no Brasil se recusa a entender a dimensão racial na condição da mulher brasileira, e que a raça estabelece desvantagens e privilégios entre mulheres, tornando-se ainda mais preocupante sobretudo no acesso ao mercado de trabalho (CARNEIRO, 2011).

Nesse sentido, a consciência da exclusão sofrida por mulheres negras se deu a insurgência dos feminismos negros como um estímulo a participação política e a visibilização dos problemas específicos vividos por nós na sociedade brasileira, com vistas a superação da subalternização e marginalidade social na qual vivemos.

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 118-119).

Assim, o movimento contra-hegemônico dos feminismos negros permitiu o combate às desigualdades sociais e o enfretamento do capitalismo patriarcal na solução das demandas de mulheres negras, pois a opressão sofrida na intersecção de gênero, raça e classe, necessita de estratégias específicas de resistência.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Propomos inspirados na interseccionalidade como teoria social crítica produzir sentidos a partir dos resumos das pesquisas mapeadas, sem filiação a um método analítico específico. Como a pesquisa se insere na área de Educação em Ciências e Matemática, foram utilizados para mapeamento das dissertações e teses, os seguintes filtros: 'Grande Área de conhecimento' - Ciências Humanas e Multidisciplinar; 'Área de Conhecimento' - Ensino de Ciências e Matemática, Ensino e Educação; e 'Área de Avaliação' - Educação e Ensino.

A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2022 no CTD-CAPES com os descritores: gênero no ensino de Ciências, gênero no ensino de Matemática, mulheres no ensino de Ciências e mulheres no ensino de Matemática, o que não gerou resultados significativos. Durante o refinamento da pesquisa, emergiram os descritores *a posteriori*: feminismo negro e feminismos negros, esses descritores geraram resultados diferentes, totalizando 747 (setecentos e quarenta e sete) resultados. Para o mapeamento utilizou-se como marco teórico de delimitação temporal a promulgação da Lei 10639/2003.

A partir dos filtros apresentados foram mapeadas 156 (cento e cinquenta e seis) pesquisas relacionadas ao objeto da tese, sendo mapeadas 76 (setenta e seis) pesquisas com relação direta e 80 (oitenta) com relação indireta. Entendemos que se relacionam diretamente com o objeto da tese pesquisas que problematizem a inserção da mulher negra no mundo do trabalho, especialmente em áreas dominadas por homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. Já pesquisas com relação indireta, tratam da inserção de pessoas negras, sem o recorte de gênero, e de mulheres de outras raças/etnias nesses ambientes.

3.1 Direcionamento qualitativo das pesquisas

Procuramos movimentar nossas discussões sem nos filiarmos, diretamente, a um dispositivo analítico, todavia, partimos do fato de que o uso da linguagem está impregnado de história que nada nela é aleatório, ou seja, existe um sentido e uma ideologia que devem ser levados em consideração e o uso de palavras e frases é resultado da liberdade do enunciador, conforme Sergio Freire (2014). Assim, a posição de fala do sujeito remete ao seu lugar de fala e está encharcada de sentidos, logo procura-se compreender a constituição do indivíduo e sua história social. A compreensão da língua como prática social, nos permite explicar os conceitos ideológicos presentes nos resumos dos trabalhos, estabelecendo conexões entre as vivências das pessoas autoras a interseccionalidade como teoria social crítica.

Nesse sentido, procuramos classificar as pesquisas em enunciados que as representem a partir de um processo no qual utilizamos os efeitos metafóricos, propostos por Eni Puccinelli Orlandi (2009) e Freire (2014), como um fenômeno semântico em substituições textuais, criando um processo de síntese e produção de sentidos, a partir dos títulos e resumos, para construção de um indivíduo comum as pesquisas mapeadas. Sendo assim, é fundamental, definir o conceito de interseccionalidade, segundo Patricia Hiil Collins e Sirma Bilge (2021), pelo qual nos balizamos para construção dos enunciados de direcionamento geral.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 13-17).

Assim, Collins e Bilge (2021, p.17) apresentam essa definição como um direcionamento prático ao entendimento “do que é” ou “do que trata” a interseccionalidade. Acreditamos que devemos ter em mente que, “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente

excludentes”. Com isso, essas categorias irão se sobrepor e funcionar de maneira unificada, porque as relações interseccionais de poder, apesar de invisíveis, afetam todos os aspectos do convívio social.

Além disso, a utilização de conceitos abordados pela interseccionalidade, como ferramenta analítica, nos permite analisar questões de desigualdade social, em intersecção com questões de raça, gênero, sexualidade e classe social. Desse modo, Collins e Bilge (2021) reforçam que a desigualdade social afeta diversamente pessoas trans (ou cis) negras (brancas ou amarelas) de diferentes etnias. Nesse sentido, a interseccionalidade propõe olhar essas questões sem divisões e não tratar as pessoas como “massa homogênea e indiferenciada, fornecendo estrutura analítica para analisar populações diferentes de maneira a se considerar todas (ou o máximo possível), das variantes que compõe e influenciam um grupo, sobretudo grupos marginalizados e mais vulneráveis às mudanças sociais e econômicas, logo, salientamos que “a interseccionalidade fornece uma estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 35).

Outro ponto fundamental, quando empregamos esses pressupostos, como inspiração para análise, é considerar que a interseccionalidade não utiliza somente a categoria classe social para explicar desigualdades econômicas. Nesse sentido, tanto o pensamento social marxista, usado prioritariamente na Europa, quanto a visão neoclássica estadunidense, não levam em consideração o quanto raça, gênero, sexualidade, deficiência e etnia definem e fazem parte da desigualdade econômica global. Com isso, para poder traçar um esboço da conjuntura das desigualdades sociais, é fundamental tratá-la a partir de análises inspiradas na intersecção total ou parcial dessas categorias, ou seja, desenhar um mapa mais sofisticado no qual consideramos que as desigualdades econômicas e sociais vão muito além da classe.

Posto isso, mediante a leitura dos títulos e resumos das dissertações e teses mapeadas, com base nas proposições críticas de interseccionalidade desenvolvidas por Collins (2022), foram apresentados seis enunciados de direcionamento geral, a saber:

- E1: Pesquisas que partem da desigualdade social como constituinte interseccional provisório para entender e explicar suas complexidades no mundo, das pessoas e das experiências humanas (35 pesquisas).
- E2: Pesquisas guiadas pelas relações de poder interseccionais, a partir de um olhar do poder sob diversas perspectivas com o objetivo de questionar qual tipo de relação está mais visível em um determinado contexto (8 pesquisas).
- E3: Pesquisas orientadas pelo contexto social, com a finalidade de vislumbrar esse contexto de modo a respeitar as particularidades históricas interseccionando à importância do contexto global, de forma consciente de que os contextos históricos, culturais, intelectuais e políticos moldam a investigação e a prática da interseccionalidade (35 pesquisas).
- E4: Pesquisas abarcando a relacionalidade que visam construir conexões entre ideias, discursos e projetos políticos, a partir do exame das possibilidades de interconexões e novas relações políticas de grupos historicamente marginalizados e subalternizados, dando forma a desagregação dos Estados-nação e a decolonialidade como um fenômeno global (23 pesquisas).
- E5: Pesquisas cujo direcionamento se dá através da complexidade, no qual o enfrentamento do desafio de manter a tensão criativa entre o investigar e o praticar fomenta a complexidade. Por

meio da complexificação de argumentos, são cultivados diálogos com ativistas do Sul Global, e assim apresentar argumentos que não são foco da interseccionalidade cultivada no Norte Global (32 pesquisas).

- E6: Pesquisas nas quais a justiça social é diferenciada de desigualdade social, mesmo que esses conceitos sejam utilizados de forma intercambiável muitas vezes, vislumbrando que a razão de ser da interseccionalidade não pode apresentar “as razões de ser” da persistência das desigualdades sociais, mas trabalhar para corrigi-las por intermédio de um engajamento crítico dentro da interseccionalidade como um campo de investigação das questões relacionadas à justiça social, transpondo a fronteira entre trabalho acadêmico e ativismo (23 pesquisas).

A partir do conjunto de enunciados e da leitura dos resumos das pesquisas mapeadas, esboçamos algumas conclusões. Inicialmente, cabe destacar, que os elementos que são discutidos pelos pressupostos da interseccionalidade, propostos por Collins e Bilge (2021), são fortemente explorados nessas pesquisas. Elas interseccionam sobremaneira as questões de raça, classe e gênero, e em menor número, sexualidade. Essa tendência interseccional na realização dos trabalhos demonstra que, cada vez mais, o olhar das pesquisas está voltado às pessoas subalternizadas, conseguindo relacionar gênero, raça, classe e sexualidade.

Na sequência, mostraremos alguns exemplos oriundos dos resumos das pesquisas selecionadas para compor o presente artigo, conforme Quadros 1 e 2.

Quadro 1– Direcionamento das dissertações por enunciação geral e específica.

Enunciado Geral	Título da pesquisa	Autoria/orientação	Universidade	Ano
E1	Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência	Cristiane Barbosa Soares / Fabiane Ferreira da Silva	Universidade Federal do Pampa	2020
E2	Entre mitos e interditos: uma reflexão sobre a segregação feminina na matemática	Jane Cleide de Almeida Cordeiro / Pedro Lucio Barboza	Universidade Estadual da Paraíba	2019
E3	Vozes de mulheres na academia: dismantando armadilhas para nos invisibilizar	Carolina Salviano Bezerra / Victor Augusto Giraldo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2020
E4	A invisibilidade do gênero nas discussões das mulheres professoras de matemática	Juliana Boanova Souza / Rochele de Quadros Loguercio	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2020
E5	Ser mulher em Ciências da Natureza e Matemática	Renata Rosenthal / Daisy de Brito Rezende	Universidade de São Paulo	2018
E6	Histórias de Vida de Professoras Negras da Educação Profissional no Ifba: e Eu, Eu Não Sou Uma Cientista?	Caliane Costa dos Santos da Conceição / Luzia Matos Mota	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	2021

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Quadro 2 – Direcionamento das teses por enunciação geral e específica.

Enunciado Geral	Título da pesquisa	Autoria/orientação	Universidade	Ano
E1	Identities Racializadas e a Atitude de Negras(os) Frente à Física	Rodrigo Fernandes Moraes / Antônio Carlos Fontes dos Santos	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2019
E2	Relações de gênero, poder e resistências: narrativas de mulheres cientistas no continente antártico	Maria Rozana Rodrigues de Almeida / Paula Regina Costa Ribeiro	Universidade Federal do Rio Grande	2020
E3	Trajetórias de mulheres na pesquisa em ensino de ciências na região norte do Brasil	Josinete Pereira Lima / Luciana Maria Lunardi Campos	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Bauru)	2020
E4	Uma proposta para a formação inicial de docentes acerca de uma educação científica equitativa em gênero	Juliane Priscila Diniz Sachs / Irinea de Lourdes Batista	Universidade Estadual de Londrina	2019
E5	Atividades laboratoriais: desenvolvimento do autoconceito e das crenças de autoeficácia e a minimização dos estereótipos de gênero na escolha profissional das meninas na área das ciências	Alexandra Moraes Maiato / Fernanda Antoniolo Hammes de Carvalho	Universidade Federal do Rio Grande	2019
E6	“Tudo que nós têm é nós”: lugares da negritude e práticas político-pedagógicas de coletivos negros na universidade	Tamiris Pereira Rizzo / Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2021

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

E1: Diante da **invisibilidade das mulheres negras** no campo educacional e frente a um cenário permeado por **processos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos**, destacam-se as mulheres negras professoras do ensino superior que se inserem num âmbito que, tradicionalmente, sempre foi **ocupado por homens brancos**, e recentemente, por mulheres não negras. Assim, quando falamos em mulheres negras falamos de **demandas específicas que devem ser articuladas a gênero e raça**, pois tais questões tratadas isoladamente não satisfazem a análise da dinâmica das interações sociais existentes. (SOARES, 2020, p. 8, grifos nossos).

E1: Esta tese apresenta reflexões **sobre a forma como a qual o ensino de física se correlaciona com questões étnico-raciais**. Durante pesquisa realizada em um colégio público do Estado do Rio de Janeiro, foram verificados no seio do **processo ensino/aprendizagem aspectos da colonialidade atrelados ao corpo discente, majoritariamente composto por negras(os)**. Neste contexto, foram elaboradas e trabalhadas atividades/ações afirmativas de caráter decolonial que tiveram a finalidade tanto de reduzir a alienação colonial e consequentemente reforçar a identidade das(os) estudantes quanto de aproximar essas(es) jovens das áreas de exatas, em particular a física. (MORAIS, 2019, p. VII, grifos nossos).

Nesse sentido, cabe destacar que os complexos problemas sociais enfrentados por negras e negros relegou a abordagem da desigualdade social a uma lente monofocal dos movimentos sociais, em detrimento aos complexos problemas sociais enfrentados pelas mulheres negras. Contudo, para Collins e Bilge (2021), nenhum movimento social pode abordar sozinho a ampla gama de

discriminações que as mulheres sofriam e sofrem. Sendo assim, os feminismos negros se valem da interseccionalidade para “dar conta”, mesmo que de forma incompleta, e fornecer respostas para esses desafios. A interseccionalidade, como ferramenta analítica crítica, não permaneceu circunscrita ao Norte Global, mas como um fenômeno decolonial que se estabelece como instrumento de análise às demandas sociais do Sul.

Para isso, a interseccionalidade fornece diferentes estruturas para explicar como os grupos classificados de acordo com a sua raça, classe, gênero, idade, entre outros, se colocam de maneiras singulares, posicionando esses grupos de formas diferentes das demais, respeitando sua vulnerabilidade em relação às flutuações da economia global, que afetam de forma desproporcional às populações marginalizadas e subalternizadas. Para tanto, a interseccionalidade fornece um *locus* de intersecção que permite mudar a forma como se compreende a distribuição das riquezas com indicadores sociais da desigualdade econômica.

A tese de Moraes (2019) e a dissertação de Soares (2020), correlacionam o ensino de Física às questões étnico-raciais e à invisibilidade de mulheres negras no Ensino Superior, respectivamente, a partir de um viés interseccional, abordando a marginalização dessa população em ambientes majoritariamente heterossexuais, masculinos e brancos, do ponto de vista da desigualdade social às quais esses grupos subalternizados estão submetidos.

Uma crítica fundamental levantada por Collins e Bilge (2021) é a análise dessa população por recortes familiares e não pela perspectiva individual de cada elemento da família, essas análises dos grupos familiares não permitem uma discussão que leve em consideração principalmente gênero e sexualidade, desconsiderando elementos fundamentais da interseccionalidade como ferramenta de análise crítica, assim “análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 34).

E2: Ao longo da história, a **presença da mulher em algumas áreas do conhecimento foi questionada, censurada ou esquecida**. Percebe-se uma baixa presença feminina na construção histórica da matemática. Vários fatores contribuíram para tal questão, entre eles os culturais. **Muitos mitos foram se moldando ao longo dos anos acerca da relação da mulher com a matemática**, os mesmos circulam nos ouvidos das crianças desde cedo, no seio familiar, nas escolas, mídias e sociedade em geral, suscitando um efeito danoso na formação e diferenciação dos papéis sexuais, moldando atitudes ante a matemática, que repercutirão em suas escolhas profissionais e em seu desempenho. (CORDEIRO, 2019, p. 8, grifos nossos).

E2: A pesquisa foi produzida buscando **articular os estudos feministas e os estudos de gênero, de modo a serem tecidas considerações e entendimentos sobre o feminismo e a crítica feminista à ciência**. [...] Nesse viés, analisamos as enunciações que emergiram das narrativas das pesquisadoras e problematizamos as **redes discursivas construídas, histórica e culturalmente, as quais vinculam alguns atributos inerentes às feminilidades e às masculinidades**, baseados em pressupostos básicos da ciência, os quais, se não impedem, dificultam o avanço e, até mesmo, a permanência das mulheres no fazer científico. (ALMEIDA, 2020, p. 10, grifos nossos).

As relações de poder interseccionais devem ser analisadas através de interseções específicas, tais como: racismo-sexismo, capitalismo-heterossexismo, entre outros, bem como a das relações entre os domínios de poder estrutural, cultural, institucional, pessoal etc. Neste sentido, a partir das desigualdades sociais globais pode-se estabelecer que as estruturas interseccionais devem levar em consideração as relações de poder, principalmente as que analisam como o poder do Estado influencia, por meio das diferentes filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, domina a problemática da desigualdade social e a combate ou estimula.

Em um outro ângulo, também podemos analisar as relações de poder com intersecção às desigualdades sociais através da ótica dos movimentos sociais que demonstram como as comunidades se organizam para desafiar as relações de poder estabelecidas pelo Estado e pelas corporações dominantes que prejudicam o desenvolvimento social, fomentando as desigualdades por intermédio da alienação e dominação das massas e sua submissão financeira.

A exemplo do exposto, a dissertação de Cordeiro (2019), bem como a tese de Almeida (2020), apresentam viés interseccional capitalismo-sexismo, explorando a condição do gênero como definidor do ingresso em determinadas profissões, alicerçando o poder masculino aliado ao capitalismo, e consequentes ganhos financeiros atrelados a determinadas profissões, aos homens brancos heterossexuais, de forma a subjugar o gênero feminino, cis ou trans, a papéis mais à margem ou voltados às profissões de cuidado e notoriamente femininas.

Nesse sentido, é urgente analisar as relações de poder em intersecção ao contexto social. Essa contextualização é especialmente importante quando nossa análise é realizada a partir do Sul Global, pois partimos de preocupações específicas em um contexto específico de desigualdade econômica global e de peculiaridades dos Estados-Nação localizados no Sul e suas políticas sociais que visam manter o *status quo* das relações de poder.

E3: Esta dissertação de Mestrado tem como objetivo refletir e compreender situações sobre **vivências de mulheres na universidade**, problematizando ideias, mensagens e situações contidas nos discursos contados por alunas do Ensino Superior, professoras da Educação Básica e do Ensino Superior. (BEZERRA, 2020, p. 7, grifo nosso).

E3: Neste estudo, foi investigada a trajetória de pesquisadoras no campo do Ensino de Ciência, da região Norte, buscando-se identificar os caminhos percorridos no processo de constituição de mulheres cientistas. [...] Foram evidenciadas dificuldades na **trajetória das pesquisadoras, relacionadas ao domínio masculino, contribuindo para o registro e a denúncia de algumas condições e para o anúncio da necessidade de que meninas sejam educadas para a ciência**, sem resistência para o conhecimento, a partir de um pensamento feminista. Em relação à pesquisa no ensino de Ciências, explicita-se o papel das mulheres na construção e consolidação dessa área. (LIMA, 2020, p. 8, grifo nosso).

Com isso, na dissertação de Bezerra (2020) e na tese de Lima (2020), percebemos o caráter de denúncia do contexto social enfrentado por mulheres que desafiam e quebram os paradigmas de relações de poder estabelecidas social e culturalmente. Nesses trabalhos são apresentadas experiências de grupos particulares, em contextos sociais específicos, que podem ser expandidos e ilustrar contextos mais gerais, mediante a análise crítica das estruturas interseccionais que permeiam as relações de poder

em determinados contextos sociais. Demonstrando assim, que a interseccionalidade está em constante construção o que permite a análise a partir da intersecção de estruturas específicas e construir contextos mais gerais de discussão.

Destacamos que um ponto fundamental da interseccionalidade é a não separação das categorias para análise do contexto social. Para Collins e Bilge (2021), não é obrigatório classificar minha condição ‘sou em primeiro lugar negra, brasileira e heterossexual’, minha condição é ‘sou negra, brasileira e heterossexual’, esse pressuposto permite expandir nossa análise e ter em mente que cada uma dessas categorias define o que sou, reconceitualizando nossa identidade e a subjetividade de cada indivíduo analisado. Assim, para Collins e Bilge (2021, p. 211) “esse foco na construção social de identidades interseccionais que podem se realizar diferentemente de um cenário para outro tem servido como um espaço de empoderamento individual.”.

E4: Considero que há um processo histórico de **produção de discursos sobre a inferioridade feminina que de diferentes formas**, em diferentes tempos, com diferentes práticas interditou a presença das mulheres em lugares de saber poder e, assim, a possibilidade destas mostrarem o quão inconcebível é a diferenciação desigual das capacidades intelectuais baseadas no sexo, ou no gênero. Por conseguinte, esse processo segue sendo invisibilizado e as mulheres seguem afirmando o padrão masculino e também reforçando o perfil matemático, sendo ele visto como neutro, puro e verdadeiro. (SOUZA, 2020, p. 7, grifo nosso).

E4: Entre as inferências que decorreram dessa análise encontrou-se que, embora seja essencial que docentes de Ciências estejam sensibilizadas/os quanto **às questões de gênero na Educação Científica e da relação entre os valores e a Ciência**, essas não são suficientes para que concebam uma práxis de ensino equitativa em gênero. Para isso se faz necessário que as abordagens de formação docente integrem e explicitem as relações entre essas concepções com noções acerca das diferentes dimensões de uma Educação Científica equitativa em gênero, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências de reflexão crítica. (SACHS, 2019, p. 9, grifo nosso).

Assim, a relacionalidade muda o foco da oposição entre as categorias e permite o exame de suas interconexões abrindo novas oportunidades para investigação da prática interseccional. A dissertação de Souza (2020) e a tese de Sachs (2019) analisam a relacionalidade, as relações de poder e os contextos e desigualdade sociais com a condição de inferiorização da mulher nas Ciências, abrindo novas discussões e possibilidade para uma análise crítica da práxis interseccional.

Quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana. Na família e no emprego, como atores institucionais em escolas públicas, faculdades, universidades e organizações religiosas, como lideranças comunitárias e de movimentos de base, cidadãs e cidadãos comuns recorrem às ideias da interseccionalidade para orientar sua prática. A práxis crítica da interseccionalidade pode ocorrer em qualquer lugar, dentro e fora do mundo acadêmico (BILGE, COLLINS, 2021, p. 56).

Nesse sentido, ainda destacamos, a importância dos movimentos sociais como resposta à desigualdade social na qual esses indivíduos estão submetidos. Infelizmente, de acordo com Carneiro (2011), os movimentos sociais e a pesquisa acadêmica ainda estão muito deslocados em suas atividades, contudo esse é um tema que não será abordado com profundidade nesse artigo. A capacidade que os movimentos sociais têm de interseccionar racismo, sexismo, exploração da classe trabalhadora, entre outros, permite reconhecer que a desigualdade social é multifatorial o que adiciona complexidade ao seu entendimento como destacam, Collins e Bilge (2021, p. 48): “usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.”.

Com isso, as pesquisas de Rosenthal (2018) e Maiato (2019) apresentam elementos que adicionam complexidade à interseccionalidade abordada em seus trabalhos:

E5: Em todas as entrevistas analisadas, evidenciou-se que um dos pares de palavras relacionadas mais citadas pelas narradoras é “não” e “mulher” que, em conjunto com outras interpretações de falas destas mulheres, sugere que o sentido da negação da própria “feminilidade” não se refira à mudança de suas identidades, mas a uma **possível negação do “lugar de mulher” estabelecido na sociedade como mecanismo de permanência na carreira profissional, inclusive a científica.** (ROSENTHAL, 2018, p. 7, grifo nosso).

E5: A pesquisa problematiza a **baixa participação feminina nas ciências, tecnologias, engenharias e matemática (CTEM) desencadeada pelos estereótipos de gênero.** Sendo a escola lócus de interação social e veículo cultural que com suas práticas pode impactar essa problemática, o estudo investigou o entendimento das formandas dos cursos de formação docente Pedagogia – Licenciatura, no Brasil e do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, em Portugal, acerca da AL como estratégia de ensino para promover o desenvolvimento do autoconceito e das crenças de autoeficácia nos/as estudantes, o que direciona a tomada de decisão profissional das meninas na área das ciências, tecnologias, engenharias e matemática, diante dos estereótipos de gênero. (MAIATO, 2019, p. 8, grifo nosso).

Nesse sentido, é difícil utilizar a interseccionalidade com ferramenta analítica devido ao seu caráter multifacetado. Entender a complexidade do mundo através de suas lentes requer estratégias bastante elaboradas e complexas.

No geral, essas ideias fundamentais sobre desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social e relacionalidade destacam a complexidade da interseccionalidade. Como interagem entre si, contribuem coletivamente para a complexidade do assunto. Refletir sobre as desigualdades sociais e as relações de poder dentro de um *éthos* de justiça social – e fazê-lo não em generalizações abstratas, mas em seus contextos específicos – complexifica a investigação e a práxis interseccionais. Observar como as relações de poder interseccionais moldam de maneira contextualizada e histórica identidades, práticas sociais, arranjos institucionais, ideologias e representações culturais acrescenta complexidade em tudo. Além disso, a tensão criativa que liga a interseccionalidade enquanto forma de

investigação crítica à prática crítica introduz complexidade nos projetos interseccionais (BILGE, COLLINS, 2021, p. 289).

Assim, com a intenção de manter a tensão criativa entre a pesquisa e a prática da interseccionalidade é fundamental estimular a complexidade, ou seja, complexificar questionamentos e argumentos e fomentar o diálogo entre a academia e o ativismo, sobretudo no Sul Global. É urgente a incorporação de mais pessoas para os diálogos que nos conduzam em direção à justiça social. Por fim, apresentamos as pesquisas de Conceição (2021) e Rizzo (2021) que enfatizam o tema da justiça social, em termos da interseccionalidade.

E6: Professoras Negras da Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo investigar como o **racismo e sexismo operam como mecanismo de invisibilidade e silenciamento das cientistas negras**, e como tem se constituído as relações das docentes com a pesquisa na instituição. (CONCEIÇÃO, 2021, p. 8, grifo nosso).

E6: Esta investigação teve como objetivo identificar de que maneira o **movimento negro se torna um educador coletivo das relações étnico-raciais**, no nível local e singular de uma universidade e, quais são suas práticas educativas e suas estratégias político-pedagógicas. (RIZZO, 2021, p. 8, grifo nosso).

Para Collins e Bilge (2021) é preocupante versões da interseccionalidade que atentam apenas para justiça social, apenas lamentar as injustiças sociais sofridas não contribui para sua correção, é necessária a inserção da práxis política nas pesquisas que abordam a justiça social em intersecção com os demais aspectos interseccionais já abordados.

Explicações melhores sobre a desigualdade social e a injustiça social têm sido usadas há muito tempo para defender essas realidades, não para desmantelá-las. Desigualdade social e injustiça social são coisas distintas, embora essas ideias com frequência sejam usadas de forma intercambiável. (BILGE, COLLINS, 2021, p. 291).

Sendo assim, a justiça social deve ser crítica, conforme análise dos trabalhos de Conceição (2021) e de Rizzo (2021), o engajamento crítico é um tema central na interseccionalidade como um campo de investigação, com isso o trabalho que utiliza a interseccionalidade como teoria social crítica, a partir de questões relativas à justiça social, deve buscar a promoção e não somente a denúncia do tema, contestar suas fronteiras entre o trabalho acadêmico e o ativismo, reconhecendo como a desigualdade social e a opressão se interseccionam e como podemos ser agentes de mudança social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, apontamos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica crítica que visa tratar de várias dimensões da crescente desigualdade social no mundo. Com isso, é importante destacar que a desigualdade social, conforme Collins e Bilge (2021), não deve ser aplicada igualmente às mulheres, crianças, negros, deficientes, indígenas e pessoas LGBTQIA+, mesmo estando todas, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a interseccionalidade leva a pensar e questionar que a disparidade de riqueza e acesso a determinadas profissões não está desconectada das categorias raça, gênero, classe, sexualidade, etnia. Essas diferenças, para Collins e Bilge (2021), devem ser analisadas não apenas de forma racializada, mas também através das demais lentes interseccionais às quais essas categorias de pessoas fazem parte.

Assim, a partir do mapeamento realizado podemos apontar a premente necessidade da realização de pesquisas que busquem problematizar a inserção de mulheres negras em espaços de poder e ascensão social historicamente ocupados por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. É urgente a análise interseccional, na qual classe social, gênero, raça e sexualidade, sejam consideradas na trajetória percorrida por essas mulheres, para que cada vez mais, elas possam se estabelecer como intelectuais produtoras e disseminadoras de conhecimento na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues de. **Relações de gênero, poder e resistências**: narrativas de mulheres cientistas no continente antártico. 2020. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.
- BEZERRA, Carolina Salviano. **Vozes de mulheres na academia**: dismantelando armadilhas para nos invisibilizar. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino e História da Matemática e da Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo do Ensino Superior**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 07 jan. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade Social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022. 422 p.
- CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos da. **Histórias de vida de professoras negras da educação profissional no IFBA**: e eu, eu não sou uma cientista? 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CORDEIRO, Jane Cleide de Almeida. **Entre mitos e interditos**: uma reflexão sobre a segregação feminina na matemática. 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

FERREIRA, Lola. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mentos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FREIRE, Sergio. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. São Paulo: Instituto Census: Educação e Gestão do Conhecimento, 2014. 57 p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

LIMA, Josinete Pereira. **Trajetórias de mulheres na pesquisa em ensino de ciências na região Norte do Brasil**. 2020. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Para Ciência, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020.

MAIATO, Alexandra Moraes. **Atividades laboratoriais**: desenvolvimento do autoconceito e das crenças de autoeficácia e a minimização dos estereótipos de gênero na escolha profissional das meninas na área das ciências. 2019. 228 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2019.

MORAIS, Rodrigo Fernandes. **Identidades racializadas e a atitude de negras(os) frente à física**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

RIZZO, Tamiris Pereira. **“Tudo que nós têm é nós”**: lugares da negritude e práticas político-pedagógicas de coletivos negros na universidade. 2021. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROSENTHAL, Renata. **Ser mulher em Ciências da Natureza e Matemática**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ser Mulher em Ciências da Natureza e Matemática, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SACHS, Juliane Priscila Diniz. **Uma proposta para a formação inicial de docentes acerca de uma educação científica equitativa em gênero**. 2019. 552 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa

de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2020.

SOUZA, Juliana Boanova. **A invisibilidade do gênero nas discussões das mulheres professoras de Matemática**. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Recebido em: 19 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 6 de junho de 2024.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/12034>

ⁱ **Cinthia Raquel de Souza**. Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Química pela Universidade Federal do Paraná (2007), mestrado em Química pela Universidade Federal do Paraná (2010), mestrado em Educação em Ciências e em Matemática (2018) pela Universidade Federal do Paraná, e doutoranda em Educação em Ciências e em Matemática pela UFPR.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0564993555908699>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3945-5769>

E-mail: cinthiaras@gmail.com

ⁱⁱ **Elenilton Vieira Godoy**. Bacharel em Matemática pela PUC-SP e licenciado em Matemática pelo Centro Universitário Sant'Anna. Mestre em Educação Matemática pela PUC-SP e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Pós-Doutor em Educação pela FEUSP. Professor adjunto do departamento de Matemática, do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Representante na Rede de Pós-Graduação em Educação da América Latina (REDPEL).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8519404619037270>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8081-5813>

E-mail: elenilton@ufpr.br